

COMISSÃO CENSITÁRIA ESTADUAL DE SÃO PAULO
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

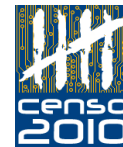
Aos cinco dias do mês de junho de 2009, às 15 horas, no Palácio dos Bandeirantes, Salão dos Pratos, Av. Morumbi, 4500, Morumbi, SP, foi realizada a Reunião Ordinária de Instalação da COMISSÃO CENSITÁRIA ESTADUAL, cuja finalidade, conforme Resolução do Conselho Diretor do IBGE nº. 7/2009 de 04/05/2009, é atender ao princípio da transparência dos trabalhos do IBGE, e oferecer apoio às instalações e ao funcionamento das Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGEs) no estado e à divulgação do Censo Demográfico 2010.

A COMISSÃO CENSITÁRIA ESTADUAL terá como presidente o Senhor Francisco Garrido Barcia, representante do IBGE.

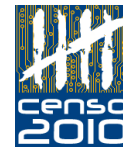
Na recepção os convidados (titulares e/ou representantes) assinaram o Livro de Presença e receberam uma pasta contendo: programação do evento, mapa político do Brasil, mapa do Estado de São Paulo, cartilha “Os primeiros passos Censo 2010”, folder “Censo 2010 – São Paulo”, e outros materiais promocionais do Censo 2010.

A reunião contou com os seguintes presentes e respectivas instituições:

Nome	Instituição
Affonso Viviani Júnior	Superintendência de Controle de Endemias - SUCEN
Alice Andrés Ribeiro	Movimento Todos pela Educação
Antonio Bolognesi	Empresa Metropolitana de Águas e Energia - EMAE
Antonio Jardim	Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC
Aurílio Sérgio Costa Caiado	Fundação de Desenvolvimento Administrativo - FUNDAP
Braz Agostinho Albertini	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo - FETAESP
Brígida Sacramento C. Santos	Secretaria de Estado de Relações Institucionais
Canindé Pegado	União Geral dos Trabalhadores - UGT
Carlos Roberto de Abreu Sodré	Centro de Estudos e Pesquisas de Administração Municipal - CEPAM
Casemiro Tércio dos Reis Carvalho	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
Celso Talamoni	Instituto Geográfico e Cartográfico – IGC
Cristina G. Tabosa Alves	SABESP
Daniela Bertoldo	Associação Paulista de Municípios – APM
Deputado Vicente Cândido	Assembléia Legislativa de São Paulo
Eduardo Trani	Secretaria de Estado da Habitação
Elza Berquó	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP
Felícia Reicher Madeira	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados - SEADE
Gilberto Ramos Alves	Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano - EMPLASA
Guilherme Bueno de Camargo	Secretaria de Estado de Educação
Guilherme Renato Caldo Moreira	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP
Gustavo de Castro Oliveira	Federação da Agricultura do Estado de São Paulo -



	FAESP
Heloisa Ferreira Filizola	Embrapa Meio Ambiente
Henriqueta Giolito Porto	DERSA
Joaquim Pereira das Neves	CETESB
José Dínio Vaz Mendes	Secretaria de Estado da Saúde
José Fernando Braga Alves	Companhia Energética de São Paulo - CESP
José Furian	Correios – Regional Metropolitana
José Roberto Pereira Guido	Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP
Juan Sanchez	Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho
Kleber Ferreira	Correios – Regional Metropolitana
Laura Laganá	Centro Paula Souza
Linamara Rizzo Battistella	Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Luiz Antonio Arcuri	Secretaria de Estado de Emprego e Relações do Trabalho
Luiz Baggio Neto	Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência
Lydia Higuchi Hirao	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP
Maj. Mauro César dos Santos Ricciarelli	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Marcia Lima Bandeira	Secretaria de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social
Márcia Ungarette	Secretaria de Estado de Segurança Pública
Marcos Monti	Associação Paulista de Municípios - APM
Marilena Rissuto Malvezzi	Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social
Marisa da Câmara Mauri	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP
Marisa de Oliveira Guimarães	Secretaria de Estado de Saneamento e Energia
Mozart Neves Ramos	Movimento Todos pela Educação
Natanael Miranda dos Anjos	Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo - FACESP
1ª Tenente PM Karina Santos	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Rosana Baeninger	Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
Sandra Regina Rodrigues de Souza	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA
Sérgio Tiezzi	Secretaria de Estado de Cultura
Silvio Aleixo	Secretaria de Estado dos Transportes
Sivaldo da Mota	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP
Telma Aparecida Victor	Central Única dos Trabalhadores - CUT
Tem. Cel. José Felix Drigo	Coordenadoria Estadual de Defesa Civil
Thiago Monteiro de Freitas Gomes	Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO
Valquíria da Silva	Secretaria de Estado de Agricultura e Abastecimento
Waldemar Bon Jr.	Secretaria de Estado de Saneamento e Energia
Waldyr Pilli	Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa - ABEP
Wanderley Messias da Costa	Universidade de São Paulo -USP



Dando início à reunião, o Sr. Aparecido Soares da Cunha, do IBGE, fez a chamada para a composição da mesa:

- Francisco Garrido Barcia, Chefe da Unidade Estadual do IBGE em SP, Presidente da Comissão Censitária Estadual (CCE) e Coordenador Estadual do Censo;
- Eduardo Pereira Nunes, Presidente do IBGE;
- Francisco Vidal Luna, Secretário de Economia e Planejamento do Estado de SP (representando o Governador José Serra);
- Luciana Martins Prazeres, Coordenadora Estadual de Comissões - IBGE.

A abertura dos trabalhos foi realizada pelo Presidente da Comissão Censitária Estadual (CCE), Sr. Francisco Garrido Barcia, que agradeceu a presença de todos e o apoio do Governo do Estado para a realização dessa reunião de instalação, esclarecendo ser esta uma reunião de trabalho e um canal de interação entre o IBGE/SP e as entidades participantes. Em seguida, citou nominalmente cada pessoa e a instituição que representava, assim como a equipe de Coordenadores do Censo de São Paulo.

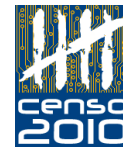
Francisco Barcia explicou que eventuais divergências entre o material (mapa de subáreas) distribuído na pasta e o que seria apresentado durante a reunião poderiam ocorrer em razão do dinamismo do sistema de divisão de subáreas, que está sujeito a melhorias com o decorrer do tempo.

Dando prosseguimento, passou a palavra ao Sr. Eduardo Nunes, Presidente do IBGE.

O Presidente do IBGE agradeceu a todos pela disposição e pela disponibilidade em trabalharem com o IBGE nesse projeto, da envergadura que é a realização do censo num país onde o IBGE visitará todos os 5.565 municípios brasileiros, e onde recenseará cerca de 58 milhões de domicílios e, em cada um deles, contará a população e avaliará as condições sociais, econômicas, demográficas, habitacionais e lingüísticas da nossa população. Para cumprir essa tarefa o IBGE contará com cerca de 7.500 funcionários, distribuídos nas suas 530 agências e sedes em cada uma das Unidades da Federação. Além disso, serão contratados 230 mil recenseadores no país, sendo 50 mil no Estado de São Paulo, entre recenseadores e supervisores.

Em seguida, o Presidente do IBGE ressaltou que, para a operação censitária de 2010, teremos algumas inovações. A primeira delas é a dinâmica de criação das Comissões Censitárias Estaduais. Estas, juntamente com as Comissões Municipais de Geografia e Estatística (CMGE), deverão ser fóruns, onde seus participantes - principais interessados nos resultados do Censo - tenham conhecimento do trabalho preparatório que o IBGE vem realizando, da programação de atividades, do conteúdo do questionário que adotaremos em 2010 e, durante o processo de realização do censo propriamente dito, que possam acompanhar todas as atividades.

Ainda nas palavras do presidente do IBGE, essa dinâmica mais transparente e participativa é fundamental, em virtude da importância que essas informações terão para a sociedade brasileira e, inclusive, para que repensemos novas estratégias de políticas públicas para o nosso país na próxima década.



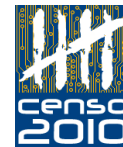
Eduardo Nunes apresentou, ainda, detalhes sobre a operação censitária, na qual o IBGE dividirá o Brasil em cerca de 280.000 partes, que são os setores censitários, menor área de agregação de domicílios. Em cada um desses setores será feito um levantamento exaustivo, para determinados componentes e, por amostra, dos demais itens do questionário. Amostra essa representativa o suficiente para retratar todo o território brasileiro, gerando uma base para a futura tomada de decisões governamentais. Sendo assim, acrescentou que esse projeto não pode ser feito exclusivamente pela equipe do IBGE, tanto pela sua dimensão, como pela importância de se corrigir antecipadamente eventuais erros de interpretação. Citou como exemplo as dúvidas que são apresentadas a respeito dos resultados da população, após o término do recenseamento e a desmobilização do exército de recenseadores. Essas contestações poderiam ser melhor resolvidas trazendo para dentro da operação os que são diretamente interessados, para que conheçam, acompanhem, fiscalizem todo o trabalho e até corrijam eventuais erros durante a execução do processo de Censo.

No caso do Estado, o presidente do IBGE explicou que as CCEs terão uma dinâmica cuja próxima etapa será a realização de uma segunda reunião, de conteúdo mais técnico, na qual o IBGE apresentará o conteúdo do questionário, o objetivo dos temas incluídos nos questionários, a metodologia de coleta, inclusive o desenho da prática que está sendo concebida para contemplar todas as demandas (inclusive as legais), e a tecnologia envolvida no recenseamento de 2010.

Em relação à tecnologia, informou que o IBGE instalará, em todo o Brasil, cerca de 7.000 postos de coleta informatizados, em todos os municípios, inclusive em locais cedidos pelos órgãos públicos municipais e estaduais. No caso do Estado de SP, em 19/11/08 o Governador José Serra assinou um decreto autorizando os órgãos do estado a cooperarem com o IBGE, através da cessão das instalações que o IBGE precisará para montar os postos. O IBGE está firmando um acordo com os Ministérios do Planejamento e da Educação no qual todos os equipamentos de informática utilizados nesses 7.000 postos de coleta serão cedidos, após o Censo, às escolas locais para inclusão digital dos Jovens e Crianças.

Eduardo Nunes esclareceu que antes de fazer o Censo é preciso que o IBGE apresente os mapas jurídico-administrativos do estado e dos municípios, base do recenseamento. Se houver dúvida, esta deverá ser esclarecida tanto no âmbito da comissão estadual como da municipal. Mas, se a dúvida não for suficientemente esclarecida, para todas as áreas que são objeto de discordância serão criados setores censitários específicos, até que a questão seja definida na esfera judicial, a qual será acatada pelo IBGE.

Sobre as contratações de pessoal para a operação censitária, Nunes citou os processos seletivos para a admissão de cerca de 230 mil recenseadores, divididos em duas categorias: cerca de 170 mil recenseadores propriamente ditos e os demais (50 ou 60 mil) para agentes censitários, que acompanharão o trabalho e darão suporte administrativo e de informática para esse trabalho de coleta das informações. Todos aqueles que serão administradores e supervisores serão contratados com o regime de trabalho mensal a partir de fevereiro de 2009, com o treinamento. Já os recenseadores serão contratados no final do primeiro semestre de 2010, receberão treinamento no mês de julho e os aprovados começarão o recenseamento no mês de agosto, que deverá ir até o final de outubro.



Durante o trabalho de recenseamento o IBGE realizará outras reuniões, tanto da Comissão Estadual quanto das Comissões Municipais, para o trabalho de acompanhamento dos resultados.

Finalizando, o presidente do IBGE agradeceu ao governo do Estado de SP, inclusive pelo apoio que deu ao IBGE com a publicação do decreto N° 53.709, de 19 de novembro de 2008, às secretarias de Estado presentes, a todos que compareceram para manifestar apoio e aos servidores do IBGE.

O Presidente da Comissão passou então a palavra ao Secretário de Estado de Economia e Planejamento, Sr. Francisco Luna, neste ato representando o Governador de São Paulo.

O Secretário destacou a importância do Censo Demográfico no planejamento das políticas públicas e das questões sociais, bem como manifestou conhecimento acerca da complexidade de se fazer um trabalho dessa magnitude no Brasil, com todas as dificuldades de locomoção, de condições de segurança e de logística.

Em nome do governo do estado de São Paulo, o Secretário externou total apoio às reuniões da Comissão Censitária e colocou à disposição, em particular, a Secretaria de Economia e Planejamento e os seus órgãos, que tem uma relação estreita com a questão do censo: a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), a Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (EMPLASA) e o Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC).

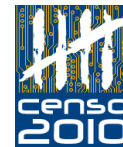
Concluindo, em nome do Governador do Estado de São Paulo, cumprimentou a constituição da Comissão Estadual, e reiterou o empenho na total colaboração com a execução do Censo.

Prosseguindo, o presidente da Comissão ressaltou ser importante que os membros da Comissão conheçam a instituição à qual emprestarão dedicação e tempo e, assim, apresentou algumas informações institucionais do IBGE. Com relação à estrutura da Unidade no Estado de São Paulo, expôs que esta possui 554 servidores, a maior parte com bastante experiência, o que confere maior segurança para a realização do Censo 2010. Informou ainda que o IBGE possui 100 agências no Estado de São Paulo, sendo 71 no interior, 16 na capital e 13 na região metropolitana. E, para o Censo 2010, haverá 38 Coordenações de área e 200 coordenações de subárea.

Comentou ainda que o IBGE em São Paulo já tem um histórico de parceria e colaboração com outros órgãos, entre os quais o Movimento Todos pela Educação e a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Em seguida, solicitou a todos um esforço de sensibilização para que as pessoas abram as portas aos recenseadores considerando que a coleta ocorrerá em apenas três meses.

Adicionalmente, ofereceu aos presentes a possibilidade de agendamento de uma reunião para conhecimento da divisão da base territorial.

Concluindo, informou que as CMGEs serão instaladas em todo o Estado de SP a partir de 22/6, e que outra inovação no Censo 2010 serão as Comissões Censitárias Locais, que poderão ser instaladas em caráter facultativo, com a especial autorização do Chefe da Unidade Estadual, com o objetivo de solucionar eventuais dificuldades de acesso a domicílios ou atender a necessidade de algum tratamento especial na coleta.



Em seguida foi exibido o vídeo das Comissões Municipais de Geografia e Estatística.

Ao término da exibição do vídeo, o presidente da comissão esclareceu que estão previstas cinco reuniões ao longo da operação censitária e que poderão ocorrer reuniões extraordinárias para elucidação de problemas levantados por qualquer membro das comissões.

A palavra foi então passada à Coordenadora Estadual das Comissões de São Paulo, Sra. Luciana Prazeres, que agradeceu a presença de todos e falou sobre a dinâmica de funcionamento das Comissões. Segundo a Coordenadora, a instalação da CCE representa um marco do início dos trabalhos no estado e um de seus principais objetivos é fortalecer as Comissões Municipais de Geografia e Estatística. Informou que as CMGEs serão instaladas a partir do dia 22 de junho em todos os municípios, mas que, excepcionalmente, no dia 09 de junho próximo haverá a instalação da Comissão Municipal de Rio Claro, onde está sendo realizado o Censo Experimental.

Segundo a Coordenadora, no primeiro momento teremos a instalação das comissões e depois a discussão sobre a Base Territorial, sendo que na reunião de instalação da CMGE em Rio Claro já será apresentado o panorama da base territorial.

Com relação ao contingente de pessoal necessário para o Censo, em torno de 40 a 50 mil vagas no estado de São Paulo, lembrou que em meados do segundo semestre de 2009 ocorrerá a inscrição para o processo seletivo dos mensalistas (Agentes Censitários) e que o IBGE precisa conseguir inscrições suficientes para as vagas. Deverá haver então uma reunião da CCE em setembro ou outubro, para que sejam acordadas as atividades de divulgação do processo seletivo nos municípios, considerando a importância de se recrutar pessoas que conheçam cada região.

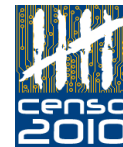
Ainda sobre a programação de atividades da CCE, informou que está prevista uma terceira reunião no ano que vem, em fevereiro ou março, quando as equipes já estarão nos postos de coleta e haverá o processo seletivo para recenseador, que demandará novo esforço de divulgação. No segundo semestre de 2010 deverá haver uma reunião quando for iniciada a coleta, e depois mais uma no encerramento das atividades.

Na próxima reunião, além da questão da divulgação do processo seletivo, será apresentado o andamento do Censo Experimental em Rio Claro e também um panorama sobre as instalações das Comissões Municipais, assim como a evolução dos trabalhos da base territorial no estado.

Concluindo, Lucina Prazeres informou que a ata da presente reunião seria encaminhada por meio eletrônico a todos os presentes, e que a convocação para as próximas reuniões também ocorrerá através de ofício.

Sobre o Censo Experimental, que está sendo realizado no município de Rio Claro, o Sr. Francisco Garrido esclareceu que no momento está ocorrendo a pré-coleta, uma fase preparatória para a coleta das informações, que está prevista para o período de agosto a outubro de 2009. Com essa experiência estão sendo avaliadas todas as atividades, desde a fase do treinamento, passando pela pré-coleta, coleta e transmissão dos dados, para que o IBGE tenha segurança para a grande operação censitária de 2010.

Após as colocações de todos os componentes da Mesa, o presidente da comissão abriu espaço para a manifestação dos demais presentes.



1. Mozart Neves – Todos pela Educação:

Em nome do presidente do Todos pela Educação, destacou a oportunidade de agradecer formalmente o apoio que o projeto tem recebido do IBGE, considerando que as metas de atendimento e de conclusão do ensino médio são calculadas a partir do trabalho do Instituto, através da PNAD. Declarou ser o momento de retribuir e colocou à disposição do IBGE a rede de mobilização nacional do Todos pela Educação, para, através da educação, dar visibilidade e colaborar com o Censo 2010.

2. Sandra Regina Rodrigues de Souza – FUNASA:

Agradeceu o convite e perguntou como será feito o Censo junto às populações indígenas. Mencionou que os Guaranis têm um entendimento peculiar sobre a questão territorial, e consideram seu território como indo do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul, o que gera dificuldade, por exemplo, no levantamento para vacinação.

Resposta do Sr. Eduardo Nunes, presidente do IBGE:

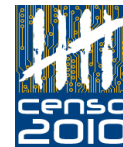
Desde o ano passado, na fase de preparação do questionário, o IBGE fez vários contatos com aqueles que trabalham a questão indígena, especialmente com a FUNAI. Para o IBGE, indígena é todo aquele cidadão que assim se declara. Do ponto de vista da política indigenista do Brasil, no caso, da FUNAI, há um público específico que são os indígenas que vivem em aldeamentos. Todas as áreas indígenas legalmente demarcadas serão objeto de georeferenciamento por parte do IBGE, que posteriormente divulgará a população indígena e, desta, quantos vivem em aldeamentos e quantos vivem em outras áreas, que podem ser aglomerados ou dispersos pelo país. No questionário do Censo o IBGE tratará de três temas para a população indígena: população, habitação e língua falada.

3. Deputado Vicente Cândido:

O deputado manifestou sua intenção em colaborar com o Censo e mencionou que São Paulo possui cerca de 8.000 vereadores, que também poderão auxiliar bastante nos municípios. Mencionou ainda o quanto a coleta e a regionalização dos dados são importantes para análise técnica e distribuição do orçamento no Estado de SP. Destacou o debate atual intenso sobre cotas raciais, perguntando se há novidades quanto a questão racial no Censo 2010.

Resposta do Sr. Eduardo Nunes, presidente do IBGE:

As limitações referentes a esse tema, mesmo com o Censo 2010, permanecerão. O Brasil é um dos poucos países que procuram trabalhar esses dois temas – cor/raça e religião – no seu recenseamento. Na próxima década, a partir de 2011, haverá uma reformulação visando a ampliação (cobertura territorial e temática) da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Com essa forma de levantamento contínua, poderemos incluir novos temas nos questionários; então o tema cor/raça será trabalhado ao longo da década de 2010 num suplemento da PNAD, para se obter um quadro mais completo. Mas, no Censo 2010, a questão racial terá um tratamento semelhante ao que vem tendo até o momento. Solicitou à professora Elza Berquó, membro do Conselho Consultivo do Censo Demográfico do IBGE, que se pronunciasse.



4. Profa. Elza Berquó, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP)

A professora acrescentou que o IBGE, na preparação do Censo, tem uma fase de consulta aos usuários, que são representativos no Brasil, e discutem, com o Comitê Consultivo do Censo, questões que seriam incluídas, excluídas ou modificadas nos questionários.

No caso do Censo 2010, os representantes dos Movimentos Negros solicitaram formalmente que não ocorresse mudança na forma de se perguntar sobre a auto identificação de raça/cor no Brasil. O IBGE acolheu essa solicitação, então, o que constará no questionário é como a pessoa se identifica: branca, preta, parda, amarela ou indígena. Em função disso, há uma pesquisa que foi conduzida pelo IBGE, e está em fase final de análise, que procura entender quais são os elementos culturais que levam as pessoas a uma identificação na sua cor no Brasil. Averigua também como essas pessoas classificariam seus pais, e assim por diante.

O presidente do IBGE complementou, informando que o IBGE fez, em 2007, um estudo sobre os dados do censo 2000 para atender à Secretaria Especial de Igualdade Racial, a fim de medir a população preta e parda do país. Entretanto, precisamos chamar atenção para as quatro categorias: branco, indígena, preto e pardo. Muitas vezes, após análises feitas pelos usuários, soma-se a população parda com a população negra e trabalha-se isso em conjunto. Sendo que todos que não são brancos, índios ou pretos são classificados como pardos. Dessa forma, não se pode fazer a associação de pardo com afro-descendente. Temos nesse grupo uma categoria mais diluída, e é essa precisão que temos que conhecer para tomar cuidado ao usar essa informação para o estabelecimento de políticas públicas ou legislação de cotas raciais.

5. Canindé Pegado – União Geral dos Trabalhadores

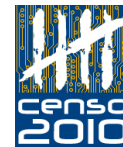
Ofereceu parceria para o desenvolvimento do trabalho do Censo. Mencionou a existência de cerca de 600 sindicatos e propôs a realização de um encontro ou seminário com o IBGE sobre o Censo 2010, com a finalidade de inclusão desses parceiros.

6. Telma Aparecida Victor – CUT

Colocou o trabalho da Central à disposição e disse também fazer parte da Comissão do Movimento Negro, mencionando que não tinha conhecimento sobre a manifestação do movimento em relação a não constar a identidade no questionário.

7. José Roberto Pereira Guido - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

Disse ser uma honra participar da comissão e manifestou interesse nos resultados do Censo 2010 para aplicação na política de educação, como instrumento para o desenvolvimento do país. Colocou a APEOESP à disposição.



8. Luiz Baggio Neto – Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Registrou o apoio ao IBGE, instituição com a qual a Secretaria já vinha mantendo contato, com a intenção, de obter da melhor maneira possível, dados sobre pessoas com deficiência no nosso Estado, o que seria fundamental para traçar políticas públicas de atenção a esse segmento. Mencionou que puderam conhecer melhor a metodologia que o IBGE tem utilizado na detecção da deficiência, como aquilo que de mais arrojado temos internacionalmente. Ofereceu apoio e parceria ao IBGE, inclusive nas questões mais delicadas de interpretação. Citou a preocupação sobre a auto-declaração das pessoas ou as declarações das famílias em que há pessoas com deficiência, pois há muito preconceito, sobretudo nas famílias. Ressaltou que a Secretaria possui interesse em acompanhar todo o processo, sobretudo os testes, para saber em que medida está havendo essa auto-declaração.

Segundo Baggio, certamente a base que o IBGE construirá de informações será fundamental para que, eventualmente, seja feita uma pesquisa por amostragem, uma verticalização do entendimento desse segmento dentro da população de São Paulo.

Resposta de Eduardo Nunes, presidente do IBGE:

No trabalho de preparação do Censo 2010, especificamente no bloco específico sobre pessoas com deficiência, o IBGE é membro dum grupo de trabalho da ONU, o Grupo de Washington, onde há também representante ligado à OMS. Houve no Rio de Janeiro uma reunião para incluir e tratar o assunto no Censo 2010. No Brasil o IBGE realizou esse trabalho juntamente com a COD, que é ligada à Casa Civil, e depois foi realizado no MERCOSUL um teste cognitivo conjunto para, dado um conjunto de temas sugeridos pela ONU para essa questão específica, averiguar qual é a forma como o cidadão entende as perguntas e as respostas. Foi então elaborado um questionário comum, aplicado o teste e, com base nos seus resultados, incluído esse quesito no questionário do Censo 2010. Nesse tema específico o IBGE tem orgulho de dizer que é um dos países que tem os conjuntos mais abrangentes de questões relacionadas à questão da pessoa com deficiência, isso em parte por conta da iniciativa da nossa própria equipe técnica, assim como da legislação que impõe que o IBGE trate esse tema dessa forma. Locomoção, inclusive, é tema específico considerando o envelhecimento da população, recomendação mundial através do Grupo de Washington.

Na fase de encerramento da reunião, o presidente da comissão Francisco Barcia lembrou o quanto a confidencialidade dos dados e o sigilo das informações são valorizados e garantidos pelo IBGE e que há segurança no bom propósito da Campanha Censitária.

Em relação ao conteúdo do questionário do Censo 2010, o presidente do IBGE destacou que está sendo preparada uma agenda técnica para apresentação do conteúdo do questionário do censo de 2010, para que todos tenham conhecimento dos aspectos específicos, relativos às suas próprias áreas. Esse encontro será apresentado pelos técnicos da Diretoria de Pesquisa do IBGE. A Unidade Estadual de São Paulo enviará um convite aos membros da comissão, sendo este extensivo a todos os demais interessados no tema.



Finalizando, o Secretário de Economia e Planejamento Francisco Luna afirmou não ter dúvidas quanto à garantia da confidencialidade dos dados por parte do IBGE e manifestou sua confiança na competência da instituição e na realização de um Censo melhor ainda que os anteriores.

O presidente da comissão encerrou a reunião às 17 horas e deu por instalada a CCE, reiterando o compromisso aberto junto aos colegas de trabalho para a realização de reuniões técnicas.

São Paulo, 05 de junho de 2009